

TRABALHO INFANTIL, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL

"CHILD LABOR: CAUSES AND CONSEQUENCES FOR CHILDREN'S EDUCATION IN BRAZIL"

Isabele Gonzaga dos Santos ¹

Orientador do trabalho: Prof^ª Dra. Alba Regina de Azevedo Arana ²

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo discutir as causas e consequências do trabalho infantil na educação escolar. Tratou-se de uma pesquisa básica do tipo bibliográfica, utilizando-se principalmente de artigos científicos, doutrinas, e a abordagem qualitativa na análise. O método utilizado foi o dedutivo buscando-se também trilhar os caminhos do método histórico-dialético. Os resultados apontaram que as crianças e adolescentes expostas ao trabalho infantil perpetuam ciclos de pobreza em suas famílias e geram consequências permanentes no indivíduo em pleno desenvolvimento. E ainda, além de precisarem abandonar seus prospectos, objetivos e seu futuro com a escola, por conta das longas jornadas insalubres de trabalho, afim de garantirem o sustento de suas famílias. Desta forma, visando a compreensão da complexidade das causas do problema, avaliou-se a eficácia das políticas públicas e dos programas existentes no combate ao trabalho infantil, e como essa realidade esta afetando diretamente na escolarização dessas crianças e adolescentes. Assim, cresce as lacunas do processo educacional do Brasil, principalmente nas crianças do campo, onde há mais dificuldade de obter dados e a pratica do trabalho infantil é totalmente naturalizado pela sociedade e pelas famílias. Portanto, conclui-se que o trabalho infantil é um problema intersetorial causados por fatores econômicos, sociais, educacionais e etc, que requerem apoio conjunto do Estado e da sociedade. Desta forma temos que rever formas para garantir os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, permitindo que eles cresçam e se desenvolvam de maneira segura e adequada.

Palavras-chave: vulnerabilidade social, políticas públicas, escolarização, desigualdade, desenvolvimento cognitivo.

ABSTRACT

This research aims to discuss the causes and consequences of child labor on school education. This is a basic, bibliographic type of research, primarily utilizing scientific articles and doctrinal literature, employing a qualitative approach in the analysis. The deductive method was used, also seeking to follow the paths of the historical-dialectical method. The results indicated that children and adolescents exposed to child labor perpetuate cycles of poverty in their families and generate permanent consequences for the individual during a crucial developmental stage. Furthermore, they are often forced to abandon their prospects, goals, and future with school due to long, unhealthy work

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade do Oeste Paulista UNOESTE – SP, isabelegonzagadosantos@gmail.com

² Professor orientador: Doutora em Geografia pela Faculdade de História Geografia e Filosofia da USP- SP, alba@unoeste.br
Orgão de fomento: FAPESP



hours, in order to guarantee the sustenance of their families. In this way, seeking to understand the complexity of the problem's causes, the effectiveness of public policies and existing programs in combating child labor was evaluated, as well as how this reality is directly affecting the schooling of these children and adolescents. Thus, the gaps in the educational process in Brazil grow, especially for children in rural areas, where it is more difficult to obtain data and the practice of child labor is completely normalized by society and families. Therefore, it is concluded that child labor is an intersectoral problem caused by economic, social, educational, and other factors, requiring joint support from the State and society. Thus, we must review ways to guarantee the fundamental rights of children and adolescents, allowing them to grow and develop in a safe and adequate manner.

Keywords: social vulnerability, public policies, schooling/education, inequality, cognitive development.

INTRODUÇÃO

O trabalho infantil no Brasil é um problema histórico e persistente, com raízes escravocratas e marcado por desigualdades de gênero e raça. Dados do IBGE (2022) mostram que 65,1% das vítimas desse tipo de violência são meninos negros ou pardos, ocupando atividades mais pesadas e de longas jornadas, enquanto meninas (34,9%) concentram-se em trabalhos domésticos e de cuidado. A desigualdade também se reflete na renda, meninas recebem 84,4% do valor recebido por meninos, e crianças negras ou pardas ganham 80,9% do valor das brancas.

Em 2016, havia 152 milhões de crianças em situação de trabalho infantil no mundo (OIT, 2023), e no Brasil, em 2022, 1,9 milhão de crianças de 5 a 17 anos estavam nessa condição — 4,9% dessa faixa etária (IBGE, 2022). Entre as causas destacam-se a pobreza, o desemprego dos pais, a exclusão social e a naturalização da sociedade de que o trabalho ensina disciplina (Santos, 2013).

Em áreas rurais, o trabalho familiar é comum e naturalizado, pois colabora com a renda familiar, além da permanência na escola ser ainda mais difícil (Nicolella, Kassouf & Barros, 2008), enquanto nas grandes metrópoles, a pobreza e a violência nas periferias impulsionam a entrada de crianças e adolescentes ao trabalho nas ruas, considerado uma das piores formas de exploração (Santos, 2017).

Apesar das políticas públicas de transferência de renda e combate à pobreza, as ações educacionais de enfrentamento ao trabalho infantil pouco avançaram (Alberto & Yamamoto, 2017). A legislação brasileira, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), proíbe o trabalho para menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz. O país aderiu às Convenções nº 138 e nº 182 da OIT, reafirmando o compromisso com a erradicação do trabalho infantil (Brasil, 2020; OIT, 2017).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) buscou universalizar o acesso à educação e contribuir para erradicar o trabalho infantil. Programas como o



Bolsa Família integraram políticas de educação e assistência social, mas sem foco direto na erradicação do problema (Kassouf, 2004; Cacciamali et al., 2010).

O trabalho precoce prejudica o desenvolvimento físico, mental e educacional dessas crianças e adolescentes. A falta de brincadeiras e estímulos afeta a aprendizagem e o rendimento escolar (Valério, 2016; Silva, 2014). As consequências vão além, o impacto psicológico, emocional e social é profundo, gerando sofrimento, angústias e até mesmo a exclusão social (Oliveira, Silva & Oliveira, 2023). A infância é a fase essencial de aprendizado e convivência em grupo, todavia, torna-se interrompida por responsabilidades adultas, das quais, essas crianças ainda não estão preparadas para assumir. (Portugal, 2009; Oliveira & Maia, 2021).

Durante a período da pandemia de COVID-19, a situação piorou, o UNICEF (2020) registrou aumento de 26% no número de crianças em condição de trabalho irregular, erradicar o trabalho infantil é essencial para romper os ciclos da pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável, conforme a Agenda 2030. Políticas públicas que integrem educação, assistência e desenvolvimento regional são fundamentais para garantir uma infância plena e o futuro do país (Kassouf, 2007)

METODOLOGIA

O presente estudo tem natureza básica, com abordagem qualitativa e caráter bibliográfico e exploratório. A investigação foi desenvolvida em quatro etapas principais:

1-Definição do problema e dos objetivos de pesquisa: partiu-se da constatação do aumento recente do trabalho infantil e de suas implicações na educação básica, especialmente após a pandemia de COVID-19.

2-Levantamento e seleção de fontes: realizou-se uma busca sistemática de artigos científicos, relatórios institucionais, legislações nacionais e documentos de organismos internacionais (como OIT, UNICEF e IBGE), priorizando publicações entre 2000 e 2024.

3-Leitura, fichamento e organização das informações: as fontes selecionadas foram classificadas conforme os eixos temáticos:

- (a) causas socioeconômicas e culturais do trabalho infantil;
- (b) consequências educacionais e cognitivas;
- (c) políticas públicas e programas de enfrentamento;
- (d) especificidades do trabalho infantil no meio rural e urbano.

4-Análise e interpretação dos dados: utilizou-se a análise qualitativa de conteúdo, fundamentada em Bardin (2011) e articulada ao método dedutivo e histórico-dialético, que permitiu compreender o fenômeno em sua totalidade, considerando as contradições e inter-relações entre educação, trabalho e desigualdade social.

A análise dos materiais foi conduzida segundo três níveis: a análise descritiva: sistematização dos dados quantitativos e qualitativos identificados nas fontes; análise interpretativa: correlação entre dados empíricos e teorias sobre vulnerabilidade social e escolarização e análise crítica: problematização das políticas públicas existentes e identificação das lacunas no combate ao trabalho infantil, à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4, 8 e 10).



O uso combinado dos métodos dedutivo e histórico-dialético permitiu interpretar o trabalho infantil não como fenômeno isolado, mas como expressão de desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira, demandando ações intersetoriais para sua superação.

O TRABALHO INFANTIL RURAL

O trabalho infantil rural está listado como uma das piores formas de violação do direito de crianças e adolescentes, sendo considerado muito perigoso a segurança e a saúde dos envolvidos. Apesar disso, segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017) apontaram que, “580 mil crianças e adolescentes de até 13 anos trabalhando em estabelecimentos agropecuários no Brasil, o que corresponde a 3,8% do total de pessoas ocupadas nesse setor” (Araujo, Amanda; Queriroz, Ari 2023 p.15)

Naturalmente essas crianças inseridas nessa realidade, são os filhos dos produtores, visto suas dificuldades financeiras, aceitam se expor ao trabalho precoce por um salário abaixo, ou até mesmo por se compadecerem em ajudar a família nas lavouras. Muitos produtores utilizam a mão de obra de seus filhos, mesmo configurando crime e violação dos direitos da criança e do adolescente, pensando que, não há equipamentos de proteção adequados nem uma formação para atuar nesse tipo de trabalho, evidenciando-os riscos à segurança e a saúde.

Torna-se ainda mais difícil o combate a esse tipo de trabalho, já que esse processo foi naturalizado no meio rural, pois, as famílias acreditam se tratar exclusivamente da sua sobrevivência, de modo que, as consequências para essas crianças e adolescentes sejam ainda mais graves em todos os aspectos da vida, até mesmo no quesito financeiro.

Em 2009, com informações da PNAD, é possível notar que a média dos rendimentos dos indivíduos na idade adulta que começaram a trabalhar antes dos 16 anos de idade era 38% menor que a média daqueles que não foram trabalhadores infantis. (Duarte, G; Neto, R 2014 p.02)

A situação do trabalho infantil rural teve uma piora depois da chegada da pandemia de covid-19, com fechamento das escolas e outros ambientes, muitas famílias perderam suas principais fontes de renda, sendo necessário a inserção das crianças para o complemento do dinheiro. Esse “novo normal” configurou em novos riscos para as crianças e adolescentes rurais, sendo necessário novos estudos e fiscalizações mais assíduas para o combate da prática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados evidenciam, em um primeiro momento, os principais fatores que levam crianças e adolescentes a ingressarem precocemente no trabalho, sendo obrigados a abandonar a escola ou apresentarem baixo rendimento. O aspecto econômico surge como a causa predominante, contudo, fatores sociais relacionados à naturalização dessa prática também se mostram determinantes.

Embora os fatores econômicos apresentem-se como principais



determinantes para o trabalho precoce no mercado de trabalho, não se pode desconsiderar o significado cultural e tradicional do trabalho no imaginário familiar, seja com o aspecto educativo ou moralizador. O trabalho de crianças e adolescentes está arraigado nas tradições, nos comportamentos de diversos locais, como um vestígio do passado, com forte resistência à mudança” (Custódio; Veronese, 2009, p. 79).

O trabalho infantil permanece arraigado nas tradições e comportamentos de diversas comunidades, como um vestígio do passado que resiste às transformações sociais. Além disso, o próprio sistema educacional pode atuar como um elemento que contribui para a evasão escolar e, conseqüentemente, para o ingresso precoce no mercado de trabalho. Questões como infraestrutura precária, longas distâncias entre escola e residência, dificuldades de aprendizagem e baixo rendimento são fatores recorrentes. Muitas crianças e adolescentes abandonam os estudos por necessidade de contribuir com a renda familiar, enquanto outros enfrentam dificuldades de permanência ou realizam revezamento entre o trabalho e a escola. Como destacam Custódio e Veronese (2007), essa alternância tende a gerar resultados educacionais frágeis, havendo inclusive resistência de algumas famílias quanto à frequência escolar.

A perpetuação do ciclo da pobreza é uma das maiores preocupações associadas ao trabalho infantil. A baixa escolarização dos pais e responsáveis contribui para a entrada e manutenção dos filhos em atividades laborais, dificultando a percepção das consequências negativas dessa prática e perpetuando a exclusão social. O enfrentamento ao trabalho precoce, portanto, constitui uma questão central e desafiadora para a sociedade brasileira. Trata-se de um problema antigo que persiste mesmo diante de denúncias e da implementação de políticas públicas em âmbitos nacional e internacional.

O Combate do trabalho precoce constitui uma temática e um problema que preocupa a sociedade brasileira. A prática do trabalho precoce não é uma coisa recente, mas persiste mesmo ante denúncias e políticas públicas em diferentes níveis nacional e internacional. Infelizmente, ainda, convivemos em uma sociedade que concorda e incentiva crianças a trabalharem acreditando que assim está livrando-as da marginalidade das ruas (Alberto, 2007, p.81).

Dados recentes reforçam a gravidade do cenário. Segundo o UNICEF (2020), durante a pandemia houve um agravamento expressivo do trabalho infantil em São Paulo. Em pesquisa com 52.744 famílias vulneráveis, verificou-se um aumento de 26% no número de crianças em situação de trabalho entre maio e julho de 2020. Em âmbito nacional, o IBGE (2022) registrou 1,9 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil, representando 4,9% dessa faixa etária — número que se intensifica nas grandes metrópoles e periferias urbanas.

Conforme Silva (2014), o trabalho infantil provoca sérios prejuízos ao processo de aprendizagem, não apenas devido ao cansaço físico e à fadiga, mas também pelo desgaste mental e pela ausência de estímulos neurosensoriais, fatores que comprometem a concentração e o desempenho escolar.

CONCLUSÕES



Os resultados demonstram que o trabalho infantil permanece como uma realidade persistente na sociedade brasileira e que, após o período da pandemia da Covid-19, essa prática se intensificou significativamente. A crise sanitária provocou o aumento do desemprego e a perda de renda em inúmeras famílias, levando crianças e adolescentes, com idades entre 5 e 17 anos, a se tornarem o principal sustento do lar.

As políticas públicas de erradicação do trabalho infantil não atingiram as metas previstas para 2030. Isso ocorre porque, além de se tratar de um problema intersetorial, o trabalho infantil é um fenômeno profundamente enraizado e naturalizado na cultura brasileira. Dessa forma, seu enfrentamento requer estratégias complexas e integradas, que ultrapassem as ações de transferência de renda. É imprescindível a implementação de mecanismos de fiscalização efetiva e a aplicação de sanções rigorosas aos responsáveis pelo aliciamento e exploração de crianças e adolescentes em atividades laborais ilegais.

Verificam-se também graves prejuízos educacionais entre os menores expostos ao trabalho infantil, manifestados por desinteresse, dificuldades de permanência na escola e limitações na compreensão e assimilação dos conteúdos escolares. Observa-se que o próprio sistema educacional, ao não garantir condições adequadas de acesso e permanência, acaba contribuindo para a evasão escolar. Esse processo reforça o ciclo de pobreza ao qual essas crianças e adolescentes já estão submetidos, impedindo que tenham oportunidades reais de romper com essa condição de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, M de F.; YAMAMOTO O. H. Quando a Educação Não é Solução: Política de Enfrentamento ao Trabalho Infantil .**Trends in Psychology** / Temas em Psicologia – Dezembro 2017, Vol. 25, nº 4, 1677-1691 DOI: 10.9788/TP2017.4-10Pt

Alberto, M. F. P. (2007). As implicações psicossociais do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua. *Laboreal*, 3(2), 8-2

Araujo, Amanda Mendes; Queriros, Ari Ferreira. **CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL**. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO GOIANIA 2023

BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. Brasília. 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/regions-and-countries/americas/brasil>. Acesso em: 01 de julho de 2024

CACCIAMALI, M. C., TATEI, F., & BATISTA, N. F. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea**, 14(2), 269-301, 2010.

Custodio, Veronese Josiane Rose Petry. **Crianças Esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil**. Curitiba: Multidéia, 2009.

Custódio, Veronese, Josiane Rose Petry. **Trabalho Infantil: a negação do ser criança e adolescente no Brasil**. Florianópolis. Ed. OAB/SC, 2007.



Duarte, Gisléia Benini; Neto, Raul da Mota Silveira. **TRABALHO INFANTIL E A RENDA NA VIDA ADULTA: UMA ANÁLISE PARA O MEIO RURAL BRASILEIRO**. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 78-89, jan./mar., 2014

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **De 2019 a 2022, o trabalho infantil aumentou no país**. Rio de Janeiro: Estatísticas sociais 2022.

KASSOUF, A. L. O Brasil e o trabalho infantil no início do século 21. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho, 2004.

KASSOUF, A. L. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 323-350, maio/ago., 2007.

OIT Child Labour: Global Estimates and Trends, 2012-2016, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/zeara/Downloads/wcms_819744.pdf. Acesso em: 01 de julho de 2024.

OIT: Relatório Mundial sobre Proteção Social 2014– 2015: Construindo a recuperação econômica, o desenvolvimento inclusivo e a justiça social, Bureau Internacional do Trabalho, Genebra, 2014. Relatório Mundial sobre Proteção Social 2017-19: Proteção social universal para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Bureau Internacional do Trabalho, Genebra, 2023

OLIVEIRA, Danila Ramos de; MAIA, Luciano Brunelli Lamari. Trabalho infantil: consequências para o processo de escolarização. **Revista Científica Eletrônica De Ciências Aplicadas Da Fait**. n. 2. novembro, 2021.

OLIVEIRA, E, F R; SILVA, L, H, B; OLIVEIRA, E, C. Trabalho infantil: uma análise dos motivos ensejadores e suas consequências **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.9.n.05. mai. 2023.

PORTUGAL, Gabriela. Desenvolvimento e aprendizagem na infância. In: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (org.). **Relatório do estudo – A educação das crianças dos 0 aos 12 anos**. Lisboa: Ministério da Educação, 2009.

SANTOS, S.A. Política Nacional de Saúde para a Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. BEPA;10(114):5-16, 2013.

SILVA, W.C. O Trabalho Infantil e o dano à Saúde Mental: Uma Realidade Além da Existência Digna. 2014. Disponível em: https://www.derechoycambiosocial.com/revista038/o_trabalho_infantil_e_o_dano_a_saude_mental.pdf. Acesso em: 01 de junho de 2024

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Child Labour: Global estimates 2020**. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/459727> Acesso em: 01 de julho de 2024.

VALÉRIO, J.S. A importância do brincar no desenvolvimento da criança. 2016. Psicologia PT, Portal dos Psicólogos. Disponível



em:https://www.psicologia.pt/artigos/ver_opinioao.php?importancia-do-brincar-no-desenvolvimento-da-crianca&codigo=AOP0394.. Acesso em: 01 de junho de 2024.



